

Documento, por favor

A importância dos documentos pessoais e o que eles dizem sobre a nossa identidade

JULIA TAMLER, LITZA GODOY, MANOELA VIANNA E PAULO CELSO PEREIRA



ertidão de nascimento, carteira de identidade, carteira de motorista, CPF, título de eleitor, carteira de trabalho e passaporte. Esse é apenas um breve resumo dos documentos que o dito cidadão brasileiro, ou seja, de classe média, empregado, em dia com os impostos, deve possuir. Há ainda as carteiras de identificação profissional – como a de advogados, policiais, médicos – que deram origem ao fenômeno da “carteirada”, apenas umas das práticas suscitadas pela “documentomania” brasileira.

Perdido entre tantos papéis, o brasileiro pode se perguntar se são realmente necessários tantos documentos. Burocracia? Controle? Subdesenvolvimento? Seja qual for a causa, o fato é que hoje muitos brasileiros acreditam ser imprescindível o porte de documentos. Nem sempre foi assim, mas o documento se tornou parte da nossa cultura e um dos motivos disso talvez seja a violência nos grandes centros urbanos do país. “Não saio sem documentos com medo de não voltar para casa e acabar como um indigente”, afirma a dona de casa Solange Cezário. O depoimento não é um relato isolado de uma dona de casa apavorada, mas quase um lugar comum, uma opinião recorrente gerada pela violência social.

Ainda assim é grande o número de pessoas no Brasil que não possuem qualquer registro. Seja pela falta de dinheiro, de informação ou pelo excesso de burocracia, muitas pessoas ignoram o problema e passam uma vida inteira sem serem reconhecidas juridicamente. Para erradicar ou ao menos diminuir os índices de sub-registro no país existe a Secretaria Especial de Direitos Humanos, em

Litza Godoy



Documentos básicos necessários no Brasil: mais que o triplo de outros países

Brasília. Seu objetivo é reduzir para 5% o índice nacional de sub-registro até outubro de 2006. Cerca de 774 mil crianças brasileiras nascidas em 2003 não foram registradas nesse mesmo ano ou no primeiro semestre do ano seguinte.

Que história é essa do documento?

Em 1808, quando Dom João aportou no Brasil com a família real, trouxe consigo todo o aparato burocrático que funcionava em Portugal. Alguns entenderam que medidas implantadas como o registro civil de nascimento, casamento e óbito eram importantes para aumentar o controle sobre a vida da sociedade. Outras mudanças também ocorreriam, como os direitos políticos de votar e ser votado, o serviço militar obrigatório, o serviço de júri e o aumento de impostos.

Os primeiros documentos de identidade civil, no entanto, foram concedidos apenas a partir de 1875. Os cidadãos recebiam um título de qualificação eleitoral para votar que incluía nome, idade, estado civil, profissão, renda, filiação, endereço e grau

de instrução. A população, no entanto, reagiu contra o primeiro censo realizado em 1852. No artigo “Cidadania: tipos e percursos”, publicado em 1996, o historiador José Murilo de Carvalho conta que homens e mulheres de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Sergipe expulsavam juizes de paz e invadiam igrejas para impedir que os registros fossem feitos no século XIX.

Espalhou-se também o boato de que esse cadastro se destinaria a escravizar os homens negros, funcionando como uma espécie de “lei do cativo”, suspeita assustadora numa época marcada pela escravidão. O censo acabou sendo interrompido e só finalizado em 1872. Essa resistência ao registro civil se prolongou até 1897, quando ocorreu a revolta popular de Canudos. Um dos motivos do levante foi a separação entre Igreja e Estado, feita pela República, e a conseqüente introdução do casamento civil.

Para José Murilo de Carvalho, a reação negativa manifestava a insatisfação em relação ao direito de interferir no cotidiano das pessoas e ao desrespeito das suas tradições. Negar o documento – hoje uma das condições de cidadania – serviu na época como uma forma de garantir o direito à tradição e o exercício da cidadania.

Já no início do século XX, as pesquisas relacionadas à datiloscopia – sistema de identificação de impressões digitais – estavam avançando. Nessa ocasião, o jornalista José Alves Felix Pacheco convenceu o presidente Rodrigues Alves a trazer a tecnologia ao Rio de Janeiro. Assim, em 29 de Julho de 1904 foi expedida a primeira carteira de identidade com impressões digitais. O documento era chamado “Ficha Passaporte” ou “Cartão de Identidade”. Hoje, um século depois, o Instituto Félix Pacheco possui mais de 13 milhões de registros civis gerais.

Grande quantidade de documentos facilita falsificações

Em vez de facilitar a identificação da população, a variedade de documentos é um dos maiores problemas enfrentados pela polícia. Segundo o chefe

de operações do departamento de Defraudações da Polícia Civil, inspetor Robson, o problema do excesso de fraudes só diminuiria com a criação de um documento de identificação único.

As falsificações de documentos são feitas pelos mais diversos motivos: desde a jovem de classe média que quer se identificar como maior de idade para entrar em boates, até o traficante que tenta fugir do cerco da polícia. No entanto, os campeões de fraudes são os estelionatários. Segundo Robson, que trabalha há 15 anos na Polícia Civil do Rio e

há 8 meses no departamento de Defraudações, estelionatários conseguem falsificar todos os tipos de documentos: identidade, CPF, contra-cheque, carteira de motorista, etc. O fato curioso, no entanto, é que geralmente poucos dados desses documentos são alterados para não chamar atenção. “Eles modificam os últimos nomes, subtraem alguns, e mudam a data de nascimento. Basta isso para gerar um novo CPF. Daí em diante, são novas pessoas, podem fazer o que

quiserem”, explica.

O setor mais afetado por essas fraudes acaba sendo o comércio. Lidando diariamente com centenas de fraudadores, os lojistas criaram formas de se proteger, mas não resolveram o problema. Segundo o assessor da presidência do Clube de Diretores Lojistas do Rio Fernando de Mello, a situação é grave e difícil de ser evitada. “O prejuízo é enorme. Hoje temos o Serviço de Proteção ao Crédito informatizado que reduz muito as fraudes, pois impede o crédito a inadimplentes. No entanto, ele só funciona depois que é constatada a primeira inadimplência. Por isso, é muito difícil coibir as primeiras compras com documentos falsos”, lamenta.

O problema da falsificação não tem uma solução fácil. Segundo Mello, a região da Central do Brasil seria um local onde acontece o comércio explícito de documentos falsos. Do outro lado, a Polícia Civil diz que tem combatido de maneira dura os fraudadores. Segundo o inspetor Robson, as quadrilhas vêm sendo identificadas, os criminosos presos, mas falsificar é tão simples que limita o trabalho. “A

Em vez de facilitar a identificação da população, a variedade de documentos gera um dos maiores problemas enfrentados pela polícia

coisa é tão fácil que muitos trabalham em casa sozinhos e fazem tudo. Por exemplo, para comprar uma linha telefônica, basta interceptar um CPF. Eles criam uma identidade nova, solicitam um CPF e compram dezenas de linhas telefônicas. Hoje, bastam poucos dados para montar uma nova pessoa”, denuncia o inspetor.

No exterior, importância do documento é menor

Em cada país há diferentes níveis e formas de exigência do documento de identificação. Nos Estados Unidos, por exemplo, o documento mais usado é a carteira de motorista e, por lei, nenhum cidadão é obrigado a portar qualquer identificação a menos que esteja dirigindo ou viajando. Não há um documento de identidade federal como os brasileiros, a não ser o chamado *social security*, que todo residente nos Estados Unidos precisa ter. Ele serve como autorização para trabalhar – uma espécie de carteira de trabalho – e para fiscalizar o pagamento de impostos, tal como o CPF.

“É impressionante como no Brasil somos literalmente obrigados a andar com tantos documentos. Morei dois anos e meio nos Estados Unidos e pude perceber o quanto a burocracia é grande e o quanto as coisas poderiam ser simplificadas aqui. Nos Estados Unidos você anda somente com o *social security* ou com a carteira de motorista”, afirma a estudante de direito Anna Paula Guimarães.

Na Inglaterra, a questão é ainda mais distante do caso brasileiro. Lá, o primeiro ministro Tony Blair vem tentando instituir a obrigatoriedade do docu-

mento de identidade, algo que não acontece desde a Segunda Guerra Mundial. A opinião pública e o Parlamento britânicos se opõem à medida, em especial pelo custo que acarretaria. Para tirar os documentos exigidos, seria necessário gastar cerca de US\$ 180, conforme publicado pelo jornal inglês *The Guardian*. Os ingleses também consideram a mudança uma forma de o Estado vigiar a sociedade. O que diriam, então, da documentação ostensiva do brasileiro?

A arquiteta portuguesa Beatriz Pimenta está há seis meses no Brasil e afirma que, apesar de Portugal possuir diversos documentos, como aqui, o que muda é a confiança: “Caso alguém seja abordado por algum policial e, no momento, estiver sem documentos, a pessoa tem por direito 48 horas para apresentar algum documento na divisão na qual foi autuado. Lá, andava sem documentos, mas aqui é impossível, estão sempre te pedindo documentação, em qualquer lugar que você vá”, disse ela.

Um documento reconhecido internacionalmente é o passaporte Nansen, utilizado por refugiados. Ele pode ser usado como um certificado de identidade, e depois, para permitir ao titular retornar ao país de origem ou circular pelas fronteiras livremente. Foi criado pelo Dr. Fridtjof Nansen, então primeiro alto-comissário da Liga das Nações, atual Nações Unidas. O norueguês conseguiu assegurar o fornecimento de assistência aos refugiados por parte de alguns governos e agências voluntárias e foi também idealizador do famoso passaporte, que acabou por receber seu nome.

Novo passaporte tira país do atraso

José Cruz/ABR

O governo federal anunciou em maio a criação do novo passaporte brasileiro. Com 16 itens de segurança, o documento entra em conformidade com as normas internacionais de segurança estabelecidas pela Organização de Aviação Civil Internacional, agência ligada às Nações Unidas. Durante a cerimônia de lançamento, o ministro da Justiça Marcio Thomáz Bastos equiparou a tecnologia

adotada à dos Estados Unidos, da França e do Paquistão. “Com o lançamento do novo passaporte, podemos dizer que estamos saindo do século XIX e passando diretamente para o século XXI, o da era digital”, disse o ministro.

O novo passaporte, que terá capa azul em vez da tradicional



O passaporte brasileiro será modificado para se adequar às normas internacionais

verde, começa a ser emitido em janeiro de 2006. No entanto, a troca só será necessária quando a validade dos que estão em vigor expirar.